

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
1 . CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2 . BASE DE PREPARAÇÃO	10
3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	11
4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES	14
6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	15
7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	15
8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	16
9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO.....	17
10 . ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO	18
11 . INVESTIMENTOS	18
12 . IMOBILIZADO	20
13 . INTANGÍVEL	22
14 . FORNECEDORES.....	23
15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	25
17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	28
18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	28
19 . PROVISÕES.....	31
20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
21 . RECEITA.....	34
22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	35
23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	37
24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	38
25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	39
26 . MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	46
27 . DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	47
28 . DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	50
29 . EVENTOS SUBSEQUENTES	50
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	54
RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	59

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.953.159	3.043.715	2.727.833	2.834.476
Consumidores e Revendedores	5	334.470	564.688	303.948	364.149
Concessionários – Transporte de Energia		70.274	67.727	70.274	67.727
Ativo Financeiro – Concessão	10	225.925	41.207	42.070	41.207
Tributos Compensáveis	6	60.809	67.587	58.476	64.764
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	263.845	177.997	257.369	147.755
Revendedores – Transações Energia Livre		45.175	46.028	45.175	46.028
Estoques		5.743	4.707	4.435	3.478
Outros Créditos		107.444	91.895	86.340	71.291
TOTAL DO CIRCULANTE		4.066.844	4.105.551	3.595.920	3.640.875
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores e Revendedores	5	46.188	46.188	46.188	46.188
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8	186.708	195.584	183.663	189.660
Tributos Compensáveis	6	10.999	10.823	10.518	10.823
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	7	1.626	1.250	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	9	97.100	89.245	95.956	87.870
Créditos com Pessoas Ligadas		16.879	18.244	9.309	12.906
Outros Créditos		22.094	18.541	8.801	9.391
Ativo Financeiro – Concessão	10	2.275.121	2.214.029	686.435	689.020
Investimentos	11	-	-	1.742.951	1.729.922
Imobilizado	12	6.845.483	6.921.206	6.190.457	6.275.991
Intangível	13	491.529	500.845	35.606	36.014
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		9.993.727	10.015.955	9.009.884	9.087.785
ATIVO TOTAL		14.060.571	14.121.506	12.605.804	12.728.660

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	865.662	4.616.973	616.703	4.360.947
Debêntures	16	22.863	3.365	22.863	3.365
Fornecedores	14	121.284	147.553	83.722	83.978
Impostos, Taxas e Contribuições	15	66.147	67.964	62.242	64.057
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	123.108	26.136	119.814	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		418.304	917.054	418.304	917.054
Salários e Encargos Sociais		69.716	75.900	67.479	74.105
Encargos Regulatórios	17	47.278	44.449	43.386	40.253
Participações nos Lucros		9.901	22.896	9.901	22.894
Dívidas com Pessoas Ligadas		11.851	43.917	21.639	53.705
Obrigações Pós-Emprego	18	18.862	18.895	18.862	18.895
Obrigações com Instrumentos Financeiros	25	-	3.149	-	-
Outras Obrigações		41.166	42.679	40.440	40.275
TOTAL DO CIRCULANTE		1.816.142	6.030.930	1.525.355	5.679.528
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	16	2.922.522	1.761.263	2.031.793	983.614
Debêntures	16	3.193.477	437.693	3.025.963	275.869
Provisões	19	10.528	9.659	9.699	9.601
Obrigações Pós-Emprego	18	411.746	411.064	411.746	411.064
Impostos, Taxas e Contribuições	15	97.321	47.263	67.533	47.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	15	674.523	723.202	622.542	644.345
Encargos Regulatórios	17	61.218	59.266	61.218	59.266
Concessões a Pagar		71.109	73.441	58.526	61.072
Outras Obrigações		49.412	48.884	38.856	38.197
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.491.856	3.571.735	6.327.876	2.530.291
TOTAL DO PASSIVO		9.307.998	9.602.665	7.853.231	8.209.819
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20				
Capital Social		3.296.785	2.896.785	3.296.785	2.896.785
Reservas de Lucros		266.112	666.112	266.112	666.112
Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial		999.769	1.030.269	999.769	1.030.269
Reservas de Reavaliação		1.220	-	1.220	-
Lucros (Prejuízos) Acumulados		188.687	(74.325)	188.687	(74.325)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.752.573	4.518.841	4.752.573	4.518.841
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.060.571	14.121.506	12.605.804	12.728.660

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
		31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITA	21	885.477	743.921	804.876	718.736
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(64.075)	(72.294)	(63.718)	(72.294)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(73.773)	(27.190)	(73.763)	(26.712)
		(137.848)	(99.484)	(137.481)	(99.006)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal e Administradores	22a	(56.958)	(59.226)	(55.069)	(59.185)
Participação dos Empregados	22a	(6.896)	(5.723)	(6.896)	(5.723)
Materiais		(4.667)	(2.896)	(3.617)	(2.879)
Serviços de Terceiros	22b	(25.534)	(20.438)	(23.814)	(20.319)
Depreciação e Amortização		(93.454)	(98.898)	(91.470)	(98.777)
Reversões (Provisões) Operacionais		427	252	427	252
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(35.386)	(34.767)	(35.325)	(34.767)
Custo de Construção		(25.031)	(22.358)	-	-
Outros Custos de Operação		(14.649)	(3.756)	(13.849)	(3.704)
		(262.148)	(247.810)	(229.613)	(225.102)
CUSTO TOTAL		(399.996)	(347.294)	(367.094)	(324.108)
LUCRO BRUTO		485.481	396.627	437.782	394.628
DESPESA OPERACIONAL	22				
Despesas Gerais e Administrativas		(21.777)	(16.932)	(19.363)	(16.932)
Outras Despesas Operacionais		(14.773)	(11.350)	(6.219)	(11.350)
		(36.550)	(28.282)	(25.582)	(28.282)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		448.931	368.345	412.200	366.346
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-	12.231	1.943
Resultado Financeiro Líquido	23	(92.361)	(66.914)	(74.983)	(66.968)
Resultado antes dos Impostos		356.570	301.431	349.448	301.321
Imposto de Renda e Contribuição Social	8b	(129.700)	(126.711)	(122.360)	(126.639)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8b	5.642	17.569	5.424	17.607
RESULTADO DO PERÍDO		232.512	192.289	232.512	192.289
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária				0,0803	0,0664
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária				0,0803	0,0664

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Reserva de Ajustes de Avaliação	Reservas Ajustes Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.896.785	666.112	1.030.269	-	(74.325)	4.518.841
Aumento do Capital	400.000	(400.000)	-	-	-	-
Resultado do Período	-	-	-	-	232.512	232.512
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(30.500)	-	30.500	-
Outros resultados abrangentes:						
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	-	1.220	-	1.220
SALDOS EM 31 MARÇO DE 2010	<u>3.296.785</u>	<u>266.112</u>	<u>999.769</u>	<u>1.220</u>	<u>188.687</u>	<u>4.752.573</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	232.512	192.289	232.512	192.289
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Depreciação e Amortização	94.948	98.944	91.477	98.824
Baixas Líquidas de Imobilizado	-	2.119	9.836	-
Equivalência Patrimonial	-	-	(12.231)	(1.943)
Juros e Variações Monetárias - Não Circulantes	11.980	(10.778)	9.653	(10.778)
Impostos Federais Diferidos	(5.424)	(17.569)	(5.424)	(17.607)
Provisões para Perdas Operacionais	869	269	98	269
Obrigações Pós-Emprego	11.654	12.698	11.654	6.752
Outros	5	16.871	1.330	-
	346.544	294.843	338.905	267.806
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	230.218	(27.597)	60.201	(27.307)
Revendedores – suprimento	-	(1.039)	-	(1.039)
Tributos Compensáveis	(256.750)	(57.825)	(96.106)	(57.792)
Transporte de Energia	(2.547)	(388)	(2.547)	-
Créditos Tributários Diferidos	137.043	(24.899)	(40.954)	(24.899)
Depósito Judiciais	(7.855)	(8.183)	(8.086)	(8.183)
Outros Ativos Circulantes	(51.863)	3.051	(16.006)	6.349
Outros Realizável a Longo Prazo	-	(6.765)	-	98
Ativo Financeiro da Concessão	(111.271)	-	99.000	-
Outros	333	-	(29.770)	-
	(62.692)	(123.645)	(34.268)	(112.773)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(26.269)	8.666	(256)	(13.591)
Tributos e Contribuição Social	193.963	148.733	211.056	147.739
Salários e Contribuições Sociais	(6.185)	(20.372)	(6.626)	(20.576)
Encargos Regulatórios	2.829	(18.658)	3.133	(18.658)
Empréstimos e Financiamentos	381.184	76.310	20.049	75.487
Obrigações Pós-Emprego	(12.340)	(10.110)	(12.340)	(4.164)
Provisão para Instrumentos Financeiros	-	20.162	-	20.162
Outros	(72.054)	(52.424)	(59.058)	(23.358)
	461.128	152.307	155.958	163.041
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
	744.980	323.505	460.595	318.074
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	2.903.841	186.698	2.748.281	107.086
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(3.111.775)	(4.758)	(2.704.456)	(4.758)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(498.750)	1	(498.750)	1
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
	(706.684)	181.941	(454.925)	102.329

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos	-	-	-	(24.953)
No Imobilizado	(20.236)	(109.675)	(112.313)	(8.216)
No Intangível	(108.616)	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(128.852)	(109.675)	(112.313)	(33.169)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(90.556)	395.771	(106.643)	387.234
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	3.043.715	862.098	2.834.476	852.213
No fim do período	2.953.159	1.257.869	2.727.833	1.239.447
	(90.556)	395.771	(106.643)	387.234

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 . CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Cemig Geração e Transmissão possui 48 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes controladas e ou controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina iniciou operações em 2009.
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Parajuru”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de Usina Eólica localizada no município de Beberibe no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em agosto de 2009.

- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no rio Doce em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010.
- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (anteriormente denominada Terna Participações S.A.) (controlada em conjunto) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 estados do país. A Taesa possui as seguintes sociedades por ela controlada e ou controlada em conjunto: ETAU – Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”) e Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), e Terna Serviços Ltda.
- Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Alterosa”) (controlada em conjunto) – Participação no capital de outras sociedades ligadas ao setor elétrico e será responsável pela oferta pública da aquisição das ações da TAESA em poder dos acionistas minoritários.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Morgado”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina iniciou operações em abril de 2010.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A Usina entrou em operação em outubro de 2010.
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (controlada em conjunto) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. Entrou em operação em junho de 2011.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Volta do Rio”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica localizada no município de Aracajú no Estado do Ceará. A usina entrou em operação em setembro de 2010.

Controladas e ou controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica através da implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. As usinas têm previsão de início de operação em agosto de 2011.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari Energia”) (controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente em futuros empreendimentos.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio Energia S.A. localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1) Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Essas são as primeiras informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

2.2) Informações Trimestrais de 2010 e Demonstrações Financeiras de 2009

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 (Medida Provisória nº 449/2008 – MP nº 449/2008), complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM até 31 de dezembro de 2008.

Conforme estabelecido na Deliberação CVM no 609/2009 (CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), os padrões internacionais de contabilidade foram implementados retroativamente a 1º de janeiro de 2009. Em consequência, as Informações trimestrais-ITR de 2010, originalmente divulgadas, foram ajustadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010 e 2009, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	31/03/2010	31/12/2009
Patrimônio Líquido Anteriormente apresentado	3.820.270	3.562.897
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	1.000.772	1.030.617
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	9.356	9.149
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	111.423	121.668
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	(1.454)	(1.456)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	(25.211)	(26.748)
Obrigações pós emprego	(114.201)	(111.610)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	(48.382)	(65.676)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	932.303	955.944
Patrimônio Líquido ajustado (Reapresentado)	4.752.573	4.518.841

	31/03/2010	31/03/2009
Resultado do trimestre anteriormente apresentado	256.153	232.413
Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo Atribuído) ICPC 10 e CPC 27	(30.500)	(34.884)
Ativos de concessões de Geração Eólica – ICPC 01 e OCPC 05	(394)	-
Ativos de concessões de Transmissão novas – ICPC 01 e OCPC 05	224	449
Baixa Taxa Administração – CPC 27 e ICPC 01	2	(364)
Contratos de Concessão - Outorga Onerosa - OCPC 05	1.538	199
Obrigações pós emprego	(2.591)	(3.541)
Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios - Estrutura Conceitual	8.080	(1.983)
Efeito da Adoção das Novas Normas Contábeis	(23.641)	(40.124)
Resultado do trimestre ajustado (Reapresentado)	232.512	192.289

Os efeitos decorrentes da aplicação das IFRSs (CPCs) apresentados acima estão líquidos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

3 . PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Informações Trimestrais das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1.

(a) Controladas e controladas em conjunto

As Informações Trimestrais de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Informações Trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle compartilhado se inicia até a data em que deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Informações Trimestrais individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

(c) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Informações Trimestrais das controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	Participação direta no capital total - %	
	31/03/2010	31/12/2009
Controlada		
Cemig Baguari Energia S.A.	100,00	100,00
Controladas em conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	32,27	32,27
Transmissora Alterosa de Energia S.A.	49,00	49,00

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as informações trimestrais consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimentos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, compostos de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4 . CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Contas Bancárias	11.797	20.510	9.511	12.522
Aplicações Financeiras				
Certificados de depósitos bancários	2.749.524	2.820.547	2.596.701	2.648.339
Letras Financeiras do tesouro	55.385	88.893	38.256	66.598
Letras do Tesouro Nacional	43.486	6.538	-	6.538
Outros	92.967	107.227	83.365	100.479
	2.941.362	3.023.205	2.718.322	2.821.954
	2.953.159	3.043.715	2.727.833	2.834.476

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110% conforme operação).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 25.

5 . CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				31/03/2010	31/12/2009
Controladora					
Industrial	173.165	1.235	3.201	177.601	192.180
Suprimento a Outras Concessionárias	121.402	50.058	3.447	174.907	220.529
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(2.372)	(2.372)	(2.372)
	294.567	51.293	4.276	350.136	410.337
Circulante				303.948	364.149
Não Circulante				46.188	46.188
Controladas					
Industrial	1.657	61	103	1.821	1.108
Comércio, Serviços e Outras	1.623	-	-	1.623	1.622
Suprimento a Outras Concessionárias	26.736	191	151	27.078	197.809
	30.016	252	254	30.522	200.539
Total Consolidado	324.583	51.545	4.530	380.658	610.876
Circulante				334.470	564.688
Não Circulante				46.188	46.188

A Companhia constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Encontra-se registrado o valor de R\$46.188 referente a créditos de consumidor industrial que não foram pagos em função de liminar cautelar que permitiu o não pagamento desse montante até o julgamento final de ação judicial questionando reajuste tarifário durante a vigência do Plano Cruzado através da Portaria 045/86. A Companhia tem a expectativa de que os valores mencionados serão integralmente recebidos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na nota 25.

6 . TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS a Recuperar	37.928	42.069	37.719	40.984
PASEP	4.009	4.511	3.691	4.228
COFINS	18.244	20.704	16.926	19.400
Outros	628	303	140	152
	60.809	67.587	58.476	64.764
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	8.223	7.742	7.742	7.742
PASEP	495	550	495	550
COFINS	2.281	2.531	2.281	2.531
	10.999	10.823	10.518	10.823
	71.808	78.410	68.994	75.587

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o circulante foi feita de acordo com estimativas dos valores que deverão ser realizados até março de 2012.

7 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	206.538	138.866	200.702	120.019
Contribuição Social	57.307	39.131	56.667	27.736
	263.845	177.997	257.369	147.755
Não Circulante				
Imposto de Renda	1.626	1.250	-	-
	265.471	179.247	257.369	147.755

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar apurados nos exercícios, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

8 . IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Créditos Tributários:				
Obrigações Pós-Emprego	77.093	76.524	77.093	76.524
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	797	797	797	797
Instrumentos Financeiros	14.282	14.153	14.282	14.153
Variação Cambial	35.584	35.342	35.584	35.342
Taxa Administração – IFRS	749	749	749	749
Concessão onerosa – IFRS	49.887	51.046	49.887	51.046
Provisões	3.298	3.264	3.298	3.264
Outros	5.018	13.709	1.973	7.785
	186.708	195.584	183.663	189.660

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2010, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. Referido estudo foi também submetido ao exame do Conselho Fiscal em 04 de março de 2010.

Conforme as estimativas da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de março de 2010, conforme abaixo:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
	31/03/2010	31/03/2010
2010	20.464	20.130
2011	46.331	45.575
2012	45.923	45.174
2013	31.787	31.269
2014	20.440	20.107
2015 a 2016	21.763	21.408
	186.708	183.663

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	356.570	301.431	349.448	301.321
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(121.234)	(102.487)	(118.812)	(102.449)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Prejuízo Fiscal	(1.894)	-	-	-
Incentivos Fiscais (a)	5.452	624	711	660
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	4.158	660
Contribuições e Doações Indedutíveis	(50)	(34)	(50)	(34)
Ajuste Imposto de Renda e Contribuição Social – Exercício Anterior	-	(12.369)	-	(12.369)
Créditos Fiscais não reconhecidos	178	177	178	177
Outros	(6.510)	4.947	(3.121)	4.323
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(124.058)	(109.142)	(116.936)	(109.032)
Imposto Corrente	(129.700)	(126.711)	(122.360)	(126.639)
Imposto Diferido	5.642	17.569	5.424	17.607
Alíquota Efetiva	34,79%	36,21%	33,46%	36,18%

(a) Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA

O Ministério de Integração Nacional, por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu laudos constitutivos nº 169/2004 e nº 260/2003, que outorgam à parte das controladas da TAESA benefícios fiscais relativos à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada.

9 . DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIO

Os Depósitos Vinculados a Litígio referem-se principalmente a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais depósitos vinculados a litígio relativos a obrigações fiscais referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS/COFINS.

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Trabalhista	34.158	36.295	34.116	36.254
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	52.480	41.959	52.314	41.793
Outros	1.465	1.764	983	1.281
Outros	983	1.213	529	528
	97.100	89.245	95.956	87.870

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na nota explicativa nº 15.

10 . ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de transmissão de energia e de geração eólica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Concessões de transmissão novas	1.772.541	1.525.009	-	-
Concessões de transmissão antigas	728.505	730.227	728.505	730.227
	2.501.046	2.255.236	728.505	730.227
Circulante	225.925	41.207	42.070	41.207
Não Circulante	2.275.121	2.214.029	686.435	689.020

11 . INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009
Em Sociedade Controlada e Controladas em Conjunto		
Hidrelétrica Cachoeirão	22.605	22.715
Guanhães Energia	10.226	10.191
Hidrelétrica Pipoca	17.389	18.027
Cemig Baguari Energia	18	18
Baguari Energia	180.797	178.969
EBTE	81.344	78.423
Central Eólica Praias de Parajuru	36.975	37.124
Central Eólica Volta do Rio	63.203	61.082
Central Eólica Praias de Morgado	29.430	28.256
TAESA	803.638	785.177
Transmissora Alterosa	9.629	15.260
Ágio na Aquisição de Participação na TAESA	386.754	389.959
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Praias de Parajuru	29.802	30.070
Ágio na Aquisição de Participação na C. E. Volta do Rio	28.548	30.808
Ágio na Aquisição de Participação na C.E. Praias de Morgado	42.593	43.843
	1.742.951	1.729.922

a) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto são como segue:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2010			Janeiro a março de 2010	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.132	1.298	2.433
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.870	-	1.262
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	35.487	-	(1.644)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(109.239)	-	(52.760)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	260.499	-	(100)
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	156.499	-	5.437
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	71.284	70.074	57	(1.323)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	120.806	120.522	-	(632)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	55.510	54.815	-	(496)
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	1.945.795	-	64.268
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	19.651	-	(11.491)

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2009			Janeiro a dezembro de 2009	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	46.770	61	11.576
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	19.608	20.799	-	1.191
Hidrelétrica Pipoca	35.382.415	49,00	40.610	36.790	-	(2.978)
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	18	-	(41)
Madeira Energia	100.000	10,00	100	(101.408)	-	(68.777)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	257.926	-	-
EBTE	49.604.465	49,00	156.499	160.164	-	3.665
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	75.763	-	1.800
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.242	124.657	-	3.736
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	57.655	-	1.657
TAESA	263.498.907	32,27	1.312.536	2.433.148	-	358.522
Transmissora Alterosa	34.253.504	49,00	34.254	31.142	-	(3.112)

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

	31/12/2009	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	31/03/2010
Hidrelétrica Cachoeirão	22.715	1.192	-	(1.298)	(4)	22.605
Guanhães Energia	10.191	618	-	-	(583)	10.226
Hidrelétrica Pipoca	18.027	(806)	-	-	168	17.389
Cemig Baguari Energia	18	-	-	-	-	18
Madeira Energia	-	(5.276)	-	-	5.276	-
Baguari Energia	178.969	(69)	1.949	-	(52)	180.797
EBTE	78.423	2.664	-	-	257	81.344
Central Eólica Praias de Parajuru	37.124	(648)	269	(28)	258	36.975
Central Eólica Volta do Rio	61.082	(310)	2.260	-	171	63.203
Central Eólica Praias de Morgado	28.256	(243)	1.250	-	167	29.430
TAESA	785.177	20.739	-	-	(2.278)	803.638
Transmissora Alterosa	15.260	(5.630)	-	-	(1)	9.629
	1.235.242	12.231	5.728	(1.326)	3.379	1.255.254

b) Mais valia de ativos nas aquisições de Participação

A mais valia de ativos nas empresas adquiridas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas e Controladas em Conjunto, decorrente da mais valia das concessões (intangível) e do Ativo Financeiro das concessões. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

12 . IMOBILIZADO

Controladora	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.545.323	(10.482.138)	6.063.185	6.136.538
Terrenos	379.694	-	379.694	379.659
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	7.230.220	(4.475.886)	2.754.334	2.788.094
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.985.337	(1.359.862)	625.475	636.235
Máquinas e Equipamentos	6.932.507	(4.630.859)	2.301.648	2.330.356
Veículos	7.001	(5.821)	1.180	1.338
Móveis e Utensílios	10.564	(9.710)	854	856
Em Curso	127.272	-	127.272	139.453
Imobilizado Líquido - Controladora	16.672.595	(10.482.138)	6.190.457	6.275.991

Consolidado	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço - Controladas	61.731	(1.231)	60.500	60.696
Terrenos	889	-	889	889
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	23.410	(464)	22.946	23.020
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	7.048	(156)	6.892	6.917
Máquinas e Equipamentos	30.364	(610)	29.754	29.851
Móveis e Utensílios	20	(1)	19	19
Em Curso - Controladas	594.526	-	594.526	584.519
Total do Imobilizado - Controladas	656.257	(1.231)	655.026	645.215
Imobilizado Líquido - Consolidado	17.328.852	(10.483.369)	6.845.483	6.921.206

Movimentação 2010

Controladora	Saldo em 31/12/2009	Adição /Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2010
Em Serviço	6.136.538	19.544	(851)	(92.046)	6.063.185
Terrenos	379.659	35	-	-	379.694
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	2.788.094	102	(202)	(33.660)	2.754.334
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	636.235	68	(629)	(10.199)	625.475
Máquinas e Equipamentos	2.330.356	19.092	(20)	(47.780)	2.301.648
Veículos	1.338	247	-	(405)	1.180
Móveis e Utensílios	856	-	-	(2)	854
Em Curso	139.453	(12.181)	-	-	127.272
Imobilizado Líquido - Controladora	6.275.991	7.363	(851)	(92.046)	6.190.457

Controladas	Saldo em 31/12/2009	Adição/ Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/03/2010
Em Serviço	60.696	-	-	(196)	60.500
Terrenos	889	-	-	-	889
Reservatórios, Barragens e Adutoras	23.020	-	-	(74)	22.947
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	6.917	-	-	(25)	6.892
Máquinas e Equipamentos	29.851	-	-	(98)	29.753
Móveis e Utensílios	19	-	-	-	19
Em Curso	584.519	10.007	-	-	594.526
Imobilizado Líquido - Controladas	645.215	10.007	-	(196)	655.026
Imobilizado Líquido – Consolidado	6.921.206	17.370	(851)	(92.242)	6.845.483

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto as eólicas, preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para amortização do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,46%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	(%)	Transmissão	(%)	Administração	(%)
Edificações	4,0	Chave Sistema	3,3	Software	20,0
Gerador	3,3	Disjuntor	3,0	Veículos	20,0
Turbina Hidráulica	2,5	Torre Metálica	2,5	Equipamento Geral	10,0
Casa de Força	2,0	Transformador de Força	2,5	Edificação	4,0
Barragem	2,0	Condutor nu de alumínio	2,5		
Equipamento Geral	10,0	Equipamento Geral	10,0		
Equipamentos de Tomada d'água	3,7	Religadores	4,3		
Estrutura de Tomada d'água	4,0				
Conduto Forçado	3,1				

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A. e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

13 . INTANGÍVEL

Controladora	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Servidão	12.815	(1.183)	11.632	11.632
Concessão onerosa	26.755	(6.417)	20.338	20.544
Ativos em formação	1.234	-	1.234	2.011
Outros	20.161	(17.759)	2.402	1.827
Intangível Líquido - Controladora	60.965	(25.359)	35.606	36.014

Controladas	31/03/2010			31/12/2009
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	501.445	(26.532)	474.913	234.155
Servidão	12.911	(1.183)	11.728	11.752
Concessão onerosa	26.755	(6.417)	20.338	20.544
Ativos da concessão	339.556	(80)	339.476	93.365
Direito Exploração de Concessão Serviço Público	102.035	(1.092)	100.943	104.722
Outros	20.188	(17.760)	2.428	3.772
Em Curso	16.616	-	16.616	266.690
Ativos em formação	16.616	-	16.616	266.690
Intangível Líquido - Consolidado	518.061	(26.532)	491.529	500.845

A movimentação do Ativo Intangível em 2010 é como segue:

	31/12/2009	Adição	Baixa	Amortização	Transfência	31/03/2010
Em Serviço	234.155	-	-	(1.574)	242.332	474.913
Servidão	11.752	-	-	(24)	-	11.728
Concessão onerosa	20.544	-	-	(206)	-	20.338
Ativos da concessão	198.087	-	-	-	242.332	440.419
Outros	3.772	-	-	(1.344)	-	2.428
Em Curso						
Ativos em formação	266.690	-	-	-	(250.074)	4.033
Intangível Líquido - Consolidado	500.845	-	-	(1.574)	(7.742)	491.529

Os ativos intangíveis Direito de Uso de Softwares, Marcas e Patentes, Servidão Temporária e outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, e vem sendo amortizados pelo prazo de concessão ou pelos prazos definidos pela ANEEL.

O montante de intangível em serviço e totalmente amortizado representava R\$18.064 em 31 de março de 2010 (R\$17.890 em 31 de dezembro de 2009).

14 . FORNECEDORES

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Mercado Atacadista - CCEE	2.330	2.330	2.330	2.330
Cemig Distribuição	4.156	4.093	4.156	4.093
Furnas	4.121	4.222	4.121	4.222
CTEEP – Cia. Trans. Energia Elétrica Paulista	3.072	3.102	3.072	3.102
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	2.800	2.845	2.800	2.845
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	1.985	2.031	1.985	2.031
Eletrosul – Centrais Elétricas	1.948	1.969	1.948	1.969
União Com. de Energia Elétrica	5.965	-	5.965	-
Petrobras Com. de Energia Ltda	8.925	-	8.925	-
Outros Geradores e Distribuidores	31.309	40.733	26.009	31.160
	<u>66.611</u>	<u>61.325</u>	<u>61.311</u>	<u>51.752</u>
Materiais e Serviços	54.673	86.228	22.411	32.226
	<u>121.284</u>	<u>147.553</u>	<u>83.722</u>	<u>83.978</u>

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento, movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da Compra de Energia Livre durante o Racionamento, poderá implicar em alterações nos montantes registrados. Vide maiores comentários na nota explicativa nº 18.

15 . IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
ICMS	26.168	26.736	25.932	26.483
COFINS	21.930	21.736	21.361	21.198
PASEP	10.018	9.976	9.894	9.859
INSS	3.733	3.859	3.472	3.686
Outros	4.298	5.657	1.583	2.831
	<u>66.147</u>	<u>67.964</u>	<u>62.242</u>	<u>64.057</u>
Não Circulante				
COFINS	79.960	38.832	55.486	38.832
PASEP	17.361	8.431	12.047	8.431
	<u>97.321</u>	<u>47.263</u>	<u>67.533</u>	<u>47.263</u>
	<u>163.468</u>	<u>115.227</u>	<u>129.775</u>	<u>111.320</u>

As obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Circulante				
Imposto de Renda	89.582	14.146	87.923	-
Contribuição Social	33.526	11.990	31.891	-
	123.108	26.136	119.814	-
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	519.095	531.767	457.751	473.784
Contribuição Social	155.428	191.435	164.791	170.561
	674.523	723.202	622.542	644.345
	797.631	749.338	742.356	644.345

As obrigações diferidas de Não Circulante de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se substancialmente ao efeito fiscal do custo atribuído aos ativos de geração na adoção inicial da ICPC 10.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do ativo, na rubrica de Tributos Compensáveis.

16 . EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Consolidado IFRS							
31/03/2010							31/12/2009
FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
B.N.P. Paribas	2010	Libor + 1,875	US\$	6.056	-	6.056	5.877
B.N.P Paribas	2012	5,89	EURO	2.712	2.682	5.394	7.146
BNDES (11)	2017	3,51%	UMBND\$	3.072	23.472	26.544	-
Dívida referente a Moeda Estrangeira				11.840	26.154	37.994	13.023
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	75.182	-	75.182	75.156
Banco do Brasil S.A.	2012	111,00 do CDI	R\$	23.113	41.762	64.875	63.463
Banco do Brasil S.A.	2012	110,00 do CDI	R\$	245.685	442.348	688.033	673.057
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	27.054	66.957	94.011	91.774
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	2.594	30.000	32.594	31.900
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	33.496	900.000	933.496	914.255
Banco Itaú – BBA S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	50.846	126.323	177.169	172.930
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	25.735	-	25.735	25.157
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	784	2.326	3.110	3.188
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.142	117.004	124.146	124.159
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	40.268	102.288	142.556	139.163
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	1.365	1.865	1.821
Bradesco S.A. (13)	2010	13,00% do CDI	R\$	-	-	-	2.742.383
Debêntures (2)	2011	104,00 do CDI	R\$	8.457	238.816	247.273	242.181
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (2)(4)	2031	IGP-M	R\$	-	38.161	38.161	37.053
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	5.158	1.166.212	1.171.370	-
Debêntures (1)	2012	CDI + 0,90	R\$	9.248	1.582.774	1.592.022	-
	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.391	33.043	45.434	48.265
ELETRONBRÁS	2013	CDI + 1,70	R\$	7.648	22.286	29.934	30.471
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	54.219	134.296	188.515	184.004
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	327	545	872	873
Energ Power (7)	2012	IPCA	R\$	359	7.581	7.940	7.941
FINEP (7)	2015	TJLP + 5,00	R\$	141	236	377	377
ORTENG Equipamentos e Sistemas (7)	2012	IPCA	R\$	451	751	1.202	1.202
Construtora Quebec (7)	2012	IPCA	R\$	517	6.438	6.955	7.152
Unibanco S.A. (3)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.048	25.501	27.549	28.232
Banco do Brasil S.A. (3)	2020	TJLP + 2,55	R\$	-	137.403	137.403	134.660
BNDES (5)	2033	TJLP + 2,40	R\$	-	167.514	167.514	161.824
Debêntures (5)	2013	IPCA	R\$	-	129.392	129.392	79.649
BNDES (Repasse) (5)	2033	TJLP + 3,8	R\$	-	44.434	44.434	28.913
Banco da Amazônia (5)	2029	TJLP + 4,0	R\$	-	25.248	25.248	25.248
BNDES (6)	2024	TJLP+2,50	R\$	5.890	59.394	65.284	64.170
CEF (8)	2022	TJLP + 3,50	R\$	5.104	50.613	55.717	56.122
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	8.073	82.751	90.824	88.957
CEF (10)	2021	TJLP + 3,50	R\$	28.786	214.300	243.086	277.180
BNDES (11)	2018	TJLP	R\$	4.081	22.463	26.544	26.653
BNDES (11)	2018	UMBND\$	R\$	5.313	14.376	19.689	20.994
Sindicato Bancos Novatrans (11)	2013	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	180.472
Sindicato Bancos (11)	2010	CDI + 1,50	R\$	184.598	-	184.598	-
Sindicato Bancos (11)	2010	113% do CDI	R\$	-	-	-	15.272
Banco Pine (12)	2010	CDI + 4,80	R\$	184	4.719	4.903	-
BNDES (12)	2019	TJLP + 4,50%	R\$	1.293	50.225	51.518	-
BNDES (12)	2024	TJLP + 2,56%	R\$				
Dívida referente a Moeda Nacional				876.685	6.089.845	6.966.530	6.806.271
Total Geral				888.525	6.115.999	7.004.524	6.819.294

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (3) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (4) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
- (5) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (6) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (8) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (9) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
- (10) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
- (11) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto TAESA
- (12) Empréstimo realizado para a controlada em conjunto EBTE
- (13) 3ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia

Em 03 de março de 2010, a Cemig Geração e Transmissão S.A. concluiu a 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 270.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.700.000, destinada ao pré pagamento da 3ª Emissão de Notas Promissórias (Commercial Papers) . As debêntures da primeira série, no montante de R\$1.586.058 (valor atualizado de 09 de março de 2010), têm prazo de vencimento de 24 meses a contar da data de emissão e remuneração de taxa DI mais Spread de 0,90%. As debêntures de segunda série, no montante de R\$1.162.222 (valor atualizado de 10 março de 2010) têm prazo de vencimento de 60 meses a contar da data de emissão e remuneração de juros de 7,6796% ao ano. Essas debêntures contam com o aval da sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido os contratos de empréstimos com as Centrais Eólicas Praia de Parajuru, Praia de Morgado e Volta do Rio, no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	6.056	-	-	-	-	-	-	-	6.056
Euro	1.371	2.682	1.341	-	-	-	-	-	5.394
UMBND\$	2.304	3.786	4.024	4.024	4.024	4.024	4.024	335	26.545
	9.731	6.468	5.365	4.024	4.024	4.024	4.024	335	37.995
Indexadores									
UMBND\$	3.083	3.992	3.992	3.985	3.910	3.853	3.275	454	26.544
Índice Geral de Preços – Mercado–IGP-M	-	-	-	-	-	-	-	38.157	38.157
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	9.293	12.391	12.391	11.359	-	-	-	-	45.434
Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA	5.770	1.227	109.496	58.630	-	1.166.212	-	-	1.341.335
Certificado Depósito Interbancário – CDI	793.433	637.591	2.282.004	487.175	300.455	-	-	-	4.500.658
URTJ	41.601	83.136	73.181	73.585	86.960	86.414	80.872	488.652	1.014.401
	853.180	738.337	2.481.064	634.734	391.325	1.256.479	84.147	527.263	6.966.529
	862.911	744.805	2.486.429	638.758	395.349	1.260.503	88.171	527.598	7.004.524

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Varição no trimestre findo em 31/03/2010 %	Varição Acumulada em 2009 %	Indexadores	Varição no trimestre findo em 31/03/2010 %	Varição Acumulada em 2009 %
Dólar Norte-Americano	2,29	(25,39)	IGPM	2,78	(1,72)
Euro	(3,98)	(22,57)	FINEL	0,55	(0,35)
			CDI	1,99	9,84

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado IFRS	Controladora BRGAAP
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.819.294	5.623.795
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.903.841	2.748.281
Varição monetária e cambial	11.980	9.653
Encargos financeiros provisionados	153.571	124.172
AVP	(2.038)	(2.038)
Encargos Financeiros Pagos	(105.788)	(96.422)
Amortização de financiamentos	(2.770.672)	(2.704.456)
Amortização custo transação	(5.664)	(5.663)
Saldo em 31 de março de 2010	7.004.524	5.697.322

Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Cemig Geração e Transmissão possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Das cláusulas restritivas acima mencionadas, uma delas não foi atendida, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 31/03/2010
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 53%	59,98%

A Companhia obteve dos credores os consentimentos de que não irão exercer o direito de exigir o pagamento imediato ou antecipado do montante devido até 31 de março de 2010. Os financiamentos são classificados como Passivo Circulante e Não

Circulante, de acordo com os termos originais do contrato, tendo em vista a obtenção do referido consentimento em 23 de março de 2010.

Os contratos de financiamentos da TAESA contemplam cláusulas restritivas relativas aos índices de cobertura do serviço da dívida. Em 31 de março de 2010 a TAESA e suas controladas apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos no contrato.

A Madeira Energia possui empréstimo junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia S.A com cláusulas restritivas que foram integralmente atendidas em 31 de março de 2010.

17 . ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
Reserva Global de Reversão - RGR	19.465	19.104	18.954	18.629
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	4.998	4.608	4.998	4.608
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5.921	5.410	5.921	5.410
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.705	1.480	1.605	1.386
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	3.195	2.558	3.195	2.558
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	1.831	2.380	1.831	2.229
Pesquisa e Desenvolvimento	70.400	67.000	67.184	63.584
Pesquisa Expansão Sistema Energético	981	1.175	916	1.115
	108.496	103.715	104.604	99.519
Passivo Circulante	47.278	44.449	43.386	40.253
Passivo Não Circulante	61.218	59.266	61.218	59.266

18 . OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza a seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição da Cemig Geração e Transmissão para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e

morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pela Companhia na rubrica de Despesa com Pessoal.

Desta forma, as obrigações com pagamento de suplementação de aposentadoria do Plano Misto, com característica de contribuição definida, e seu respectivo ativo, no valor de R\$664.491, não estão apresentados nesta Nota Explicativa.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado na Companhia em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial. Estão inscritos neste plano 2 empregados na ativa e 10 aposentados/pensionistas.

A Cemig Geração e Transmissão mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela FORLUZ.

Separação do Plano de Saúde

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado - PSI - para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. A partir de 1º de outubro de 2010, o plano de saúde passou a ser administrado pela Cemig Saúde, sendo mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2009.

Em função do pronunciamento mencionado, os ganhos e perdas atuariais acumulados até 31 de dezembro de 2008 foram integralmente reconhecidos contra o Patrimônio Líquido. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 2.

Parte da obrigação atuarial com benefícios pós-emprego no montante de R\$204.241 em 31 de março de 2010 (R\$205.264 em 31 de dezembro de 2009) foi reconhecida como obrigação a pagar pela Companhia e será amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da Cemig Geração e Transmissão, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Para as obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada no parágrafo anterior, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Fundo de Pensão	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2009	205.264	120.993	6.221	97.481	429.959
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	5.730	3.281	140	2.503	11.654
Contribuições Pagas	(7.918)	(2.482)	(44)	(561)	(11.005)
Passivo Líquido em 31 de março de 2010	<u>203.076</u>	<u>121.792</u>	<u>6.317</u>	<u>99.423</u>	<u>430.608</u>
Passivo Circulante	18.862	-	-	-	18.862
Passivo Não Circulante	184.214	121.792	6.317	99.423	411.746

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota.

19 . PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto constituíram provisão para contingências das ações cuja expectativa de perda for considerada mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço, conforme segue:

	Consolidado IFRS			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2010
Trabalhistas				
Diversos	245	197	-	442
Cíveis				
Ambiental	7.457	1.080	-	8.537
Outras	1.262	185	-	1.447
Fiscais				
Outras	99	3	-	102
Regulatórios				
ANEEL	596	-	(596)	-
Total	9.659	1.465	(596)	10.528

	Controladora BRGAAP			
	Saldo em 31/12/2009	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 31/03/2010
Trabalhistas				
Diversos	245	197	-	442
Cíveis				
Ambiental	7.457	310	-	7.767
Outras	1.204	184	-	1.388
Fiscais				
Outras	99	3	-	102
Regulatórios				
ANEEL	596	-	(596)	-
Total	9.601	694	(596)	9.699

Processos Administrativos de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável, no valor de R\$7.767, que está devidamente provisionado.

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. recebeu um auto de infração pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no valor de R\$770. O objeto do referido auto é a alegada mortandade de 11.000 kg de peixes de várias espécies em decorrência de eventual poluição nas ensecadeiras da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, no rio Madeira, município de Porto Velho - RO.

A Controlada apresentou defesa administrativa, a qual encontra-se em análise por parte da Superintendência do IBAMA. Consoante o entendimento dos seus advogados, a expectativa é de perda possível em relação ao mérito da autuação e de perda remota em relação aos agravantes de penalidade citados em referido auto. Em relação às chances de perda na questão, a administração da Controlada optou por provisionar o valor integral do auto de infração no montante de R\$770, tendo em vista a dificuldade de segregar, nessa fase da discussão judicial, os valores vinculados a cada um dos itens consignados no referido auto.

Passivos Contingentes

Adicionalmente, há processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações contábeis, demonstrados os principais a seguir:

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Cemig Geração e Transmissão pagou uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$41.660, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia decidiu impetrar um mandado de segurança que permitiram efetuar os depósitos judiciais no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas.

Contingência regulatória – CCEE

A AES Sul Distribuidora questiona judicialmente, em face da ANEEL, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no mercado atacadista de energia durante o período do racionamento e obteve decisão judicial liminar favorável em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atenda ao pleito da Distribuidora e proceda, junto à CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288/2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE a partir de novembro de 2008 e implicaria em um desembolso adicional para a CEMIG, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, junto à CCEE, no valor aproximado de R\$99.032 em 31 de março de 2010 (R\$94.740 em 31 de dezembro de 2009). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

20 . PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2010, o Capital Social da Cemig Geração e Transmissão é de R\$3.296.785, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da CEMIG.

O Conselho da Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de abril de 2010, aprovou o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio, em substituição aos dividendos obrigatórios do exercício de 2009, no montante de R\$69.878 e autorizou a deliberação periódica, pela Diretoria Executiva, de Juros Sobre o Capital Próprio, observando o limite máximo permitido pela legislação (TJLP sobre o patrimônio líquido) no montante de R\$213.773.

Aumento do Capital Social

Em 13 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig Geração e Transmissão de R\$2.896.785 para R\$3.296.785 sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$400.000 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros.

21 . RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	837.266	769.147	831.626	766.106
Receita de uso da rede – com impostos	190.308	143.752	190.308	143.752
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	21.696	449	-	-
Receita de Infra-estrutura – com impostos	25.152	22.358	-	-
Remuneração de ativos da concessão – com impostos	33.816	-	-	-
Outras receitas operacionais	6.050	5.652	6.017	5.652
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas acima	(228.811)	(197.437)	(223.075)	(196.774)
	885.477	743.921	804.876	718.736

(a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado IFRS			
	MWh (**)		R\$	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Industrial	4.165.106	4.137.469	473.504	435.448
Comercial	6.362	-	1.077	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(4.517)	(23.731)
	4.171.468	4.137.469	470.064	411.717
Suprimento a Outras				
Concessionárias(*)	3.667.385	3.012.082	329.037	283.150
Transações com energia na CCEE(***)	1.114.230	773.360	35.618	74.280
Vendas no Proinfa	10.392	-	2.547	-
Total	8.963.475	7.922.911	837.266	769.147

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes;

(**) Informações não revisada pelos Auditores Independentes;

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

(b) Receita de uso da rede

Essa receita refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro.

(c) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Impostos sobre a Receita				
ICMS	81.333	81.483	80.888	80.987
COFINS	78.112	60.003	75.515	59.913
PIS-PASEP	16.957	13.024	16.394	13.004
ISSQN	137	113	133	113
	176.539	154.623	172.930	154.017
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	23.104	19.769	21.571	19.769
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	8.588	5.796	8.588	5.796
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	7.223	5.349	7.223	5.349
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	3.531	2.822	2.937	2.822
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	2.937	2.822	2.937	2.822
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.469	1.468	1.469	1.411
PROINFA	5.420	4.788	5.420	4.788
	52.272	42.814	50.145	42.757
	228.811	197.437	223.075	196.774

22 . CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Pessoal (a)	72.087	69.046	69.145	69.005
Participação dos Empregados e Administradores no				
Resultado	6.896	5.723	6.896	5.723
Obrigações Pós-Emprego	4.760	6.752	4.760	6.752
Materiais	4.650	2.961	3.589	2.944
Serviços de Terceiros (b)	34.864	24.729	25.577	24.610
Depreciação e Amortização	94.948	98.944	91.477	98.824
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos				
Hídricos	35.385	34.767	35.325	34.767
Provisões Operacionais (reversão)	(427)	(252)	(427)	(252)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	64.148	72.294	63.718	72.294
Energia Elétrica Comprada para Revenda	73.773	27.190	73.763	26.712
Custo de Construção	25.031	22.358	-	-
Outros Custos Operacionais Líquidos	20.431	11.064	18.853	11.011
	436.546	375.576	392.676	352.390

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Remunerações e Encargos	59.975	62.573	57.033	62.532
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	4.186	4.254	4.186	4.254
Benefícios Assistenciais	6.495	6.477	6.495	6.477
	70.656	73.304	67.714	73.263
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(1.723)	(3.936)	(1.723)	(3.936)
	68.933	69.368	65.991	69.327
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	3.154	(322)	3.154	(322)
	72.087	69.046	69.145	69.005

Programas de desligamento de empregados

(a) Programa Prêmio Desligamento – PPD

A Companhia possui um Programa Prêmio Desligamento – PPD, de caráter permanente e aplicável sobre as rescisões dos contratos de trabalho, de forma livre e espontânea. Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 3 remunerações brutas e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa.

Este Programa, desde o seu início em março de 2008, contou com a adesão de 143 empregados da Companhia, sendo reconhecida a despesa referente aos incentivos financeiros substancialmente no resultado de 2008.

(b) Programa de Desligamento Voluntário - PDV

A Companhia implementou, em abril de 2009, um Programa de Desligamento Voluntário - PDV, de caráter transitório, com a adesão dos empregados no período de 22 de abril a 05 de junho de 2009.

O incentivo financeiro para os empregados que fizeram a adesão ao PDV corresponde a uma indenização que varia de 3 a 16 vezes o valor da remuneração mensal do empregado, conforme critérios específicos estabelecidos no regulamento do Programa, dentre os quais o principal é o tempo de contribuição faltante para aposentadoria integral do INSS. Constam ainda dentre os incentivos financeiros o pagamento da contribuição para o fundo de pensão e INSS até a data em que o empregado atenda aos requisitos para requerer aposentadoria junto ao INSS (limitado a 5 anos) e depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios.

Adicionalmente, a Companhia garantiu o pagamento integral dos custos do seguro de vida em grupo e plano de saúde pelo período de 6 e 12 meses, respectivamente, a partir da data do desligamento dos empregados, no período de junho de 2009 a setembro de 2010.

Este Programa contou com a adesão de 207 empregados da Companhia, sendo reconhecida uma despesa referente aos incentivos financeiros no valor de R\$41.099, sendo a maior parte desse reconhecimento no exercício de 2009.

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
Comunicação	1.396	1.072	1.054	1.068
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	3.448	2.065	2.304	2.065
Conservação e Limpeza de Prédios	4.516	4.052	4.283	4.052
Mão de Obra Contratada	813	2.254	810	2.253
Fretes e Passagens	855	594	692	594
Hospedagem e Alimentação	1.045	835	1.036	835
Vigilância	2.232	1.972	2.222	1.972
Consultoria	6.525	989	288	973
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	453	429	453	429
Manutenção e Conservação de Veículos	1.085	743	1.021	743
Energia Elétrica	1.187	1.150	1.080	1.150
Meio Ambiente	3.549	2.857	3.431	2.857
Outros	7.760	5.717	6.903	5.619
	34.864	24.729	25.577	24.610

23 . RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	66.056	28.908	63.085	28.853
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	2.798	708	2.796	708
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(1.724)	-	(1.122)	-
Variações Cambiais	825	10.580	825	10.580
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(183)	(112)	(179)	(112)
Ganhos com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	347	820	347	820
Ajuste a Valor Presente	2.498	614	2.498	614
Outras	5.413	5.925	5.109	5.924
	76.030	47.443	73.359	47.387
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(140.397)	(80.848)	(124.212)	(80.848)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(6.894)	(5.946)	(6.894)	(5.946)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(12.673)	-	(9.764)	-
Variações Cambiais	(729)	(2)	(729)	(2)
Variação Monetária – CCEE	-	(2.532)	-	(2.532)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(9.888)	2.956	(9.888)	2.956
Perdas com Instrumentos Financeiros (Nota 25)	(381)	(20.517)	(381)	(20.517)
Ajuste a Valor Presente	6.019	(5.908)	6.019	(5.908)
Outras	(3.448)	(1.560)	(2.493)	(1.558)
	(168.391)	(114.357)	(148.342)	(114.355)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(92.361)	(66.914)	(74.983)	(66.968)

24 . TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são controladas da CEMIG.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como seguem:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	418.304	917.054	-	-	-	-
Coligadas e Controladora	-	-	12	5.715	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	2.663	668	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	10.703	34.739	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	13.012	25.296	-	-	32.603	54.486	(1.000)	(19.658)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	14.042	13.429	4.156	4.093	31.428	-	(13.889)	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	6.633	12.225	-	-	-	-	-	-
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (1)	-	-	-	52	2.993	7.155	-	(1.445)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	554	72	4	1	653	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Impostos, Taxas e Contribuição – ICMS (4)	37.928	42.069	26.168	26.736	(81.333)	(81.483)	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	8.223	7.742	-	-	-	-	-	-
Debêntures (2)	-	-	38.161	37.053	-	-	(1.107)	(841)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Circulante (3)	-	-	18.862	18.895	-	-	(4.760)	(6.752)
Outros	-	-	10.310	8.538	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego – Não Circulante (3)	-	-	411.746	411.064	-	-	-	-
Despesa de Pessoal (5)	-	-	-	-	-	-	(4.186)	(4.254)
Custeio Administrativo (6)	-	-	-	-	-	-	(1.185)	(1.010)
OUTROS								
Não Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	13	13	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M.
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão.
- (3) Parte dos contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide nota explicativa nº 17 e serão amortizados até o exercício de 2024.
- (4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se as operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (5) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide nota explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo.
- (6) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 6, 15, 16,18, 21, 22 e 23.

25 . INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram reconhecidos e encontram -se classificados conforme abaixo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria as Aplicações Financeiras e os instrumentos derivativos (mencionados no item ‘b’). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Recebíveis: encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores e revendedores. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/03/2010	31/12/2009
Ativos Financeiros:		
Caixa e equivalentes de Caixa	2.953.159	3.043.715
Créditos com consumidores	380.658	610.876
Depósitos vinculados	97.100	89.245
Créditos com controladas	16.879	18.244
	3.447.796	3.762.080
Passivos Financeiros:		
Fornecedores	126.525	147.553
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.004.524	6.819.294
Concessões a pagar	71.109	73.441
	7.202.158	7.040.288

a) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-Americano em relação ao real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Cemig Geração e Transmissão possuía, em 31 de março de 2010, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

	31/03/2010	31/12/2009
EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO		
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	6.056	5.877
(-) Operações contratadas de hedge/swap	75.000	75.000
	81.056	80.877
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.394	7.146
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	26.544	-
Passivo Líquido Exposto	112.994	88.023

Deve-se ressaltar que a exposição demonstrada acima às taxas de câmbio é mitigada pela Companhia também através dos contratos de venda de energia a consumidores livres de longo prazo indexados a variação do dólar norte-americano (PTAX). Esses contratos representam uma receita anual de cerca de US\$120 milhões.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de 13,19%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco – Exposições Cambiais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	6.056	6.855	8.569	10.283
(-) Operações contratadas de hedge/swap	75.000	84.896	106.120	127.344
	81.056	91.751	114.689	137.627
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	5.394	6.106	7.632	9.159
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	26.544	30.046	37.558	45.070
Passivo Líquido Exposto	112.994	127.903	159.879	191.856
Efeito Líquido da Depreciação Cambial		(14.909)	(46.885)	(78.862)

Risco de Taxa de juros

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (Libor), no montante de R\$6.056, em 31 de março de 2010.

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia e suas controladas ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA CEMIG ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado IFRS	
	31/03/2010	31/12/2009
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.941.362	3.023.205
Operações Contratadas de Hedge/Swap	195.000	75.000
	<u>3.136.362</u>	<u>3.098.205</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	(4.500.658)	(5.607.641)
Operações Contratadas de Hedge/Swap	-	(120.000)
	<u>(4.500.658)</u>	<u>(5.727.641)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.364.296)</u>	<u>(2.629.436)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa Selic em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa Selic de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a variação da taxa Selic.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/03/2010	Período até 31 de março de 2011		
	Cenário Base SELIC 8,75%	Cenário Provável SELIC 11,75%	Cenário Possível SELIC 14,69%	Cenário Remoto SELIC 17,63%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 4)	2.941.362	3.286.972	3.373.375	3.459.777
Operações Contratadas de Hedge/Swap	195.000	217.913	223.641	229.369
	<u>3.136.362</u>	<u>3.504.885</u>	<u>3.597.016</u>	<u>3.689.146</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 16)	(4.500.658)	(5.029.485)	(5.161.692)	(5.293.889)
Passivo Líquido Exposto	<u>(1.364.296)</u>	<u>(1.524.600)</u>	<u>(1.564.676)</u>	<u>(1.604.743)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(160.304)</u>	<u>(200.380)</u>	<u>(240.447)</u>

Risco de Liquidez

A Cemig GT administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A empresa utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As Gerências de Orçamento, de Tesouraria e de Gestão de Participações, realizam reuniões semanais de acompanhamento das variáveis. Mensalmente, são realizadas reuniões que envolvem todas as áreas da Diretoria Financeira. Nestas reuniões são discutidos os principais temas que afetam o fluxo de caixa das empresas:

- Necessidades de captação;
- Prazo das aplicações financeiras;
- Fluxo de dividendos;
- Acompanhamento da receita;
- Programa de investimentos;
- Principais despesas operacionais;

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Cemig GT estabelece em seu Estatuto Social um valor de caixa mínimo operacional para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando de forma eficiente no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado, sem riscos de mercado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de instituição financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A Energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas. Uma dessas cláusulas restritivas não foi atendida em 31 de março de 2010 e a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) do credor (nota 16), de que não irá exigir o vencimento antecipado da obrigação.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia e suas controladas possuem concessões para exploração dos serviços de geração e transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”) ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

A Companhia não será impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos nestas operações representam uma perda em 31 de março de 2010 no montante de R\$34 e uma perda em 31 de março de 2009 no montante de R\$19.697, respectivamente, registradas no resultado financeiro.

A contraparte da operação de derivativos da Cemig Geração e Transmissão é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de swap cambial.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação proativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os instrumentos derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2010.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/03/2010
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	R\$75.000	R\$75.000	100	86	100	86	295	(395)
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.313	(3.149)	1.313	(3.149)	11.210	(11.378)
						1.413	(3.063)	1.413	(3.063)	11.505	(11.773)

A contraparte da operação de derivativos da Companhia é o banco Credit Suisse First Boston e os contratos são de swap cambial.

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo demonstrado na tabela acima indica que a Companhia está exposta a variação mensal da cotação do dólar norte-americano em relação ao Real caso seja superior a 48,00% do CDI. A Companhia estima que a cotação do dólar norte-americano em relação ao Real em 31 de março de 2011 será de R\$2,016 e que a taxa CDI em 31 de março de 2011 será de 11,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta uniforme na cotação do dólar e do CDI de 25% e 50% em 2010, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente. Nesses cenários possível e remoto, a cotação do dólar em 31 de março de 2011 seria de R\$2,52 e R\$3,024 respectivamente e a taxa CDI seria de 14,69% e 17,63%.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta do US\$				
Variação Cambial mensal	75.000	84.896	106.120	127.344
Efeito Líquido da Variação do US\$		(9.896)	(31.120)	(52.344)
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
ncacionaisnacionais				
Contratos atualizados a 106,00% do CDI	75.000	83.813	86.016	88.219
Efeito Líquido da Variação do CDI		(8.816)	(11.016)	(13.219)

26. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A Companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de março 2010	Valor justo em 31 de março de 2010		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Equivalentes de Caixa				
Certificados de Depósitos Bancários	2.749.524	-	2.749.524	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	55.385	55.385	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTFs)	43.486	43.486	-	-
Depósitos Overnight	92.967	-	92.967	-
	2.941.362	98.871	2.842.491	-

Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de Swaps: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de Swaps é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do Swaps da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do Swap é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

27. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e

títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em milhares de Reais)

	Consolidado IFRS				Controladora BRGAAP			
	31/03/2010		31/03/2009		31/03/2010		31/03/2009	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	1.114.288		941.358		1.027.951		915.510	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(73.773)		(27.190)		(73.763)		(26.712)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(64.148)		(72.294)		(63.718)		(72.294)	
Serviços de Terceiros	(34.864)		(24.730)		(25.577)		(24.610)	
Custo de Construção	(25.031)		(22.358)		-		-	
Materiais	(4.650)		(2.961)		(3.589)		(2.944)	
Outros Custos Operacionais	(10.709)		(8.836)		(10.148)		(8.797)	
	<u>(213.175)</u>		<u>(158.369)</u>		<u>(176.795)</u>		<u>(135.357)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	901.113		782.989		851.156		780.153	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(94.948)		(98.944)		(91.477)		(98.824)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	806.165		684.045		759.679		681.329	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	-		-		12.231		1.937	
Receitas Financeiras	76.213		47.555		73.537		47.499	
	<u>76.213</u>		<u>47.555</u>		<u>85.768</u>		<u>49.436</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	882.378		731.600		845.447		730.765	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	74.614	8,46	66.618	9,11	72.192	8,54	66.577	9,11
Remuneração direta	51.000	5,78	44.765	6,12	49.136	5,81	44.724	6,12
Benefícios	16.798	1,90	18.306	2,50	16.364	1,94	18.306	2,51
FGTS	3.662	0,42	3.869	0,53	3.537	0,42	3.869	0,52
Outras	3.154	0,36	(322)	(0,04)	3.155	0,37	(322)	(0,04)
Impostos, Taxas e Contribuições	404.474	45,84	357.063	48,81	390.174	46,15	356.281	48,75
Federais	321.791	36,47	274.771	37,56	308.480	36,48	274.486	37,56
Estaduais	81.679	9,26	81.899	11,19	81.225	9,61	81.403	11,14
Municipais	1.004	0,11	393	0,05	469	0,06	392	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	170.778	19,35	115.630	15,80	150.569	17,81	115.618	15,82
Juros	168.391	19,08	114.354	15,63	148.341	17,55	114.355	15,65
Aluguéis	2.387	0,27	1.276	0,17	2.228	0,26	1.263	0,17
Remuneração de Capitais Próprios	232.512	26,35	192.289	26,28	232.512	27,50	192.289	26,31
Lucros Retidos	232.512	26,35	192.289	26,28	232.512	27,50	192.289	26,31
	<u>882.378</u>	<u>100</u>	<u>731.600</u>	<u>100</u>	<u>845.447</u>	<u>100</u>	<u>730.765</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

28. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE 3 MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado IFRS		Controladora BRGAAP	
	31/03/2010	31/03/2009	31/03/2010	31/03/2009
RESULTADO DO PERÍODO	232.512	192.289	232.512	192.289
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(1.220)	-	(1.220)	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO				
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	<u>231.292</u>	<u>192.289</u>	<u>231.292</u>	<u>192.289</u>

29 . EVENTOS SUBSEQUENTES

Oferta Pública de Ações – OPA da TAESA

Em 23 de março de 2010 a controlada em conjunto Transmissora Alterosa de Energia S.A. (“Ofertante”), publicou Edital visando submeter aos acionistas detentores de ações e/ou units, de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (atual denominação social da Terna Participações S.A.) (“TAESA”), oferta pública para a aquisição das Ações e Units de emissão da Companhia (“Oferta”), cujas principais condições encontram-se estabelecidas a seguir:

Para adquirir o controle acionário da TAESA, a Ofertante pagou a montante de R\$2.148.379.099,24, correspondendo a R\$37,14 por *Unit* e R\$12,38 por Ação (“Preço da Aquisição”), o qual já contempla a dedução dos valores de dividendos que foram pagos pela TAESA em 26 de outubro de 2009, nos montantes de R\$3,443522063 por *Unit* e R\$1,147840688 por Ação, bem como a correção de 103% da Taxa Selic desde 30 de setembro de 2009 até 03 de novembro de 2009, exclusive, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações da TAESA.

A Ofertante adquiriu as Ações e as *Units* dos destinatários da Oferta por um preço equivalente a 100% do Preço da Aquisição, ou seja, R\$37,14 por *Unit* e R\$12,38 por Ação (“Preço da Oferta”).

O Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Liquidação. O Preço da Oferta foi corrigido pela taxa Selic, calculada pro rata temporis a contar da Data de Fechamento, ou seja, desde a Data do Fechamento, exclusive, até a Data de Liquidação, inclusive. O Preço da Oferta foi informado pela Instituição Intermediária ao Diretor de Operações da BM&FBOVESPA em até 2 dias antes da data de realização do Leilão.

O acionista que desejaram aceitar a Oferta habilitou-se até às 18h, do dia anterior à data de realização do Leilão junto à Itaú Corretora ou a qualquer outra sociedade corretora autorizada a operar no segmento BOVESPA da BM&FBOVESPA (“Corretora”), de forma que tal Corretora possa representá-lo no Leilão.

O leilão da Oferta foi realizado no dia 06 de maio de 2010 (“Data do Leilão”), às 13 horas, obedecendo às regras estabelecidas pela BM&FBOVESPA (“Leilão”).

O Edital de Oferta Pública para Aquisição de Ações Ordinárias, Ações Preferenciais e UNITS de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A estava disponível no site da companhia (www.taesa.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Aquisição de participação acionária

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”), empresa na qual a sua subsidiária integral CEMIG GT possui 48% do capital votante, celebrou, em 06 de agosto de 2010, com a CYMI Holding S.A. (“CYMI”), também denominada como vendedora, um Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 49,99% do capital social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “NTE”), (ii) 49,90% do capital social da STE - Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (a “STE”) e (iii) 40% do capital social da Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. – IEMG (a “IEMG”), todas concessionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

A TAESA pagou pela aquisição de participação nas Transmissoras o valor global de R\$275.470 mil. O preço da aquisição foi corrigido pela variação acumulada da SELIC entre as datas de celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA estiveram sujeitas a ocorrência de diversas condições suspensivas, destacando-se: (i) não exercício, pelos demais acionistas das Transmissoras, de qualquer direito de preferência sobre as ações a serem adquiridas; (ii) aprovação pelas Assembleias Gerais de Acionistas da Vendedora e da TAESA, (iii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iv) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Além disso, a operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), nos termos da Lei nº 8.884/94.

Nos termos dos acordos de acionistas firmados entre os atuais acionistas das Transmissoras, foi dado aos acionistas remanescentes o direito de venda conjunta (“tag along”) nas mesmas condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Encerramento de distribuição pública da primeira emissão de debêntures da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. registrou em 20 de julho de 2010 na CVM o encerramento da distribuição pública de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 34.500 debêntures da primeira série e 25.500 debêntures da segunda série, da 1ª emissão da Emissora, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, perfazendo o valor total de R\$600.000. A Oferta foi aprovada por Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 1º de junho de 2010.

Primeira revisão tarifária

A primeira Revisão Tarifária da Transmissão, para toda a base de ativos da Companhia, foi aprovada pela diretoria da ANEEL, em 17 de junho de 2009, na qual a ANEEL fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia em 5,35%, retroativo a 2005.

Em 01 de junho de 2010, a ANEEL concedeu e deu provimento ao Recurso Administrativo, interposto pela Companhia, com alteração no reposicionamento da sua primeira Revisão Tarifária periódica de 5,35% para 6,96 %.

Adicionalmente, foi estabelecido, pela ANEEL, um componente financeiro de R\$168.632, a ser pago à Companhia por meio da Parcela de Ajuste (PA) em 24 meses. Esse valor é decorrente dos efeitos retroativos do reposicionamento tarifário, ocorrido no período entre 1º de julho de 2005 e 30 de junho de 2009, já acrescido do montante oriundo do Recurso Administrativo em R\$10.542. A primeira parcela, de R\$85.732, foi incorporada ao reajuste do ciclo 2009/2010 e, já foi integralmente recebida. A segunda parcela, de R\$93.009, será compensada no reajuste 2010/2011.

Segunda revisão tarifária

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

Aquisição de participação acionária - ABENGOA

Em 2 de junho de 2011, a TAESA adquire uma concessão e a participação em sociedade composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo ABENGOA que aumentará a sua participação no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6% em termos de Receita Anual Permitida (RAP). Com a operação a TAESA se consolida como a maior transmissora privada com contratos do Novo Modelo, que são os outorgados a partir de 2000, com duração de 30 anos. A Companhia pagará por esta aquisição, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações mencionados, o valor total de R\$1.099.224.000,00 (um bilhão, noventa e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), referente à data-base de 31/12/2010.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Adoção das normas internacionais de contabilidade

Os resultados apresentados abaixo estão de acordo com as novas normas de contabilidade, dentro do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais (“IFRS”). Dessa forma, os resultados do 1º trimestre de 2010 e 2009 foram alterados para refletirem essas modificações.

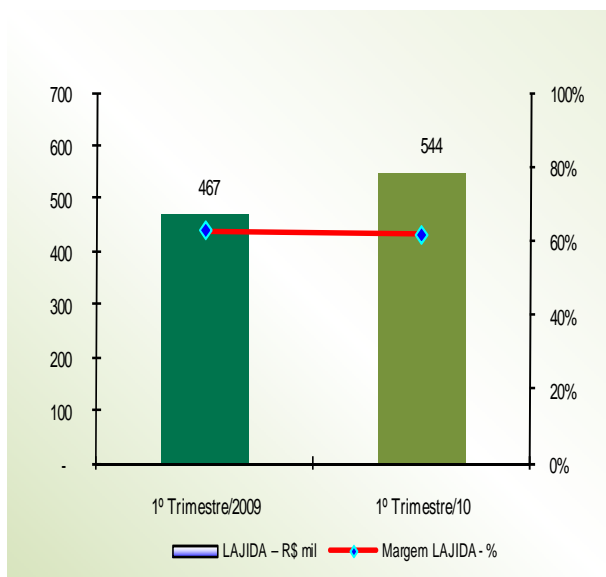
Resultado do Período

A Companhia apresentou, no primeiro trimestre de 2010, um resultado líquido de R\$232.512, em comparação ao resultado líquido de R\$192.289 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 20,92%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 19,03% na receita líquida em função do aumento do preço médio por MWh para o consumidor livre e do aumento na receita de uso da rede em função da aquisição da TAESA na comparação com o mesmo período do ano anterior, compensados parcialmente pelo aumento nas despesas operacionais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no primeiro trimestre de 2010 na comparação com o primeiro trimestre de 2009, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	31/03/2010	31/03/2009	Var %
Resultado do Período	232.512	192.289	20,92
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	124.058	109.142	13,67
+ Resultado Financeiro Líquido	92.361	66.914	38,03
+ Amortização e Depreciação	94.948	98.944	(4,04)
= LAJIDA	543.879	467.289	16,39
Itens não recorrentes:			
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	3.154	(322)	-
= LAJIDA AJUSTADO	547.033	466.967	17,15



O crescimento do LAJIDA no primeiro trimestre de 2010 em comparação ao primeiro trimestre de 2009 deve-se, principalmente, ao aumento de 19,03% na receita líquida, compensado parcialmente pelo aumento de 23,48% nas despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência do aumento das despesas operacionais, a margem do LAJIDA apresentou uma redução de 62,78% em 2009 para 61,44% em 2010.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$837.266 no primeiro trimestre de 2010 em comparação a R\$769.147 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 8,86%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 14,17% da receita com consumidores livres em função do aumento do preço médio por MWh, parte devido ao reajuste anual desses contratos, na maior parte, indexados a variação do IGP-M. Dessa forma a receita foi de R\$470.064 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$411.717 no primeiro trimestre de 2009.

A quantidade de energia vendida a outras concessionárias e contratos bilaterais aumentou em 21,76% em função de contratos dos leilões de ajuste de energia elétrica e de energia nova, com tarifa média de R\$134,00 a R\$145,77 e do aumento da energia alocada em função da maior geração do sistema. Dessa forma a receita com energia vendida foi de R\$329.037 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$283.150 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 16,21%.

Receita de uso da rede

Esta receita refere-se basicamente a utilização das instalações componentes da rede básica de transmissão da Cemig Geração e Transmissão pelos geradores e distribuidores de energia elétrica participantes do sistema interligado brasileiro, conforme valores definidos através de Resolução pela ANEEL.

A receita de uso da rede foi de R\$270.972 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$166.559 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 62,69% em decorrência da revisão tarifária da atividade de transmissão da Companhia em junho de 2009 e da aquisição da transmissora de energia elétrica, TAESA.

Mais explicações, vide nota explicativa nº 21 às Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Impostos e Encargos incidentes sobre a receita

Os Impostos e Encargos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$228.811 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$197.437 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 15,89%. As principais variações nos impostos e encargos incidentes sobre a receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os encargos, referentes a CCC foi de R\$7.223 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$5.349 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 35,03%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes a CDE foi de R\$8.588 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$5.796 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 48,17%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é apenas repassadora deste custo uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Os demais encargos e impostos são calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$436.546 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$375.576 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 16,23%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na nota explicativa nº 22 das Informações Trimestrais.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$73.773 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$27.190 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 171,32%. Essa variação decorre de uma maior compra de energia relacionada à atividade de comercialização.

Serviços de Terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$34.864 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$24.729 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento de 40,98%, com as principais variações nos gastos com consultoria e instalações de equipamentos elétricos, conforme segue:

Os serviços de consultoria foram de R\$6.525 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$989 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 559,76%. Esta variação decorre principalmente da contratação de serviços relacionados à análise de aquisição de novos empreendimentos.

Os serviços de manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos foram de R\$3.448 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$2.065 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 66,97%. Esta variação decorre principalmente da maior atividade da Companhia com reajuste de contratos e da consolidação das empresas adquiridas no segundo semestre de 2009.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na nota explicativa nº 22 das Informações Trimestrais.

Outros Custos Operacionais

As outras despesas operacionais foram de R\$20.431 no primeiro trimestre de 2010, comparados a R\$11.064 no primeiro trimestre de 2009, representando um aumento

de 84,66%. Este resultado decorre do aumento com gastos com concessão onerosa, arrendamento e aluguéis e seguros.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$92.361 no primeiro trimestre de 2010 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$66.914 no primeiro trimestre de 2009, um aumento de 38,03%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Aumento de 128,50% na receita de aplicações financeiras, R\$66.056 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$28.908 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre de maior volume de recursos aplicados no primeiro trimestre de 2010 comparados ao trimestre do ano anterior.
- Despesa de variação monetária de empréstimos e financiamentos em moeda nacional de R\$12.673, apurada no primeiro trimestre de 2010. Essa despesa decorre do IGPM que passou de uma redução de 0,9153% no primeiro trimestre de 2009 para uma variação positiva de 2,7798% no primeiro trimestre de 2010.
- Aumento na despesa de encargos de empréstimos e financiamentos, R\$140.397 no primeiro trimestre de 2010 comparados a R\$80.848 no primeiro trimestre de 2009. Esse aumento decorre da entrada de novos recursos, principalmente da emissão das debêntures da Companhia no primeiro trimestre de 2010.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 23 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no primeiro trimestre de 2010, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$124.058 em relação ao lucro de R\$356.570, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,79%. No primeiro trimestre de 2009, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$109.142 em relação ao lucro de R\$301.431, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 36,21%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8 das Informações Trimestrais.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais da Companhia Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado e nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas, compreendendo o balanço patrimonial consolidado e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, ambas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, as quais incluem as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. As revisões especiais das Informações Trimestrais de certas controladas em conjunto da Companhia, cujos investimentos foram avaliados pela equivalência patrimonial, foram conduzidas sob a responsabilidade de outros auditores independentes e nosso relatório de revisão especial no que se referem ao valor desses investimentos no montante de R\$186,1 milhões em 2010, representando 1,5% do ativo total, e a participação desses investimentos no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2010 totalizou R\$6,1 milhões de prejuízo, representado -2,6% do resultado do trimestre, e, no que se refere ao consolidado, ativos totais proporcionais de R\$1.087,5 milhões em 2010, representando 7,7% dos ativos totais proporcionais, está baseado exclusivamente nos relatórios de revisão especial desses outros auditores independentes.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais individuais da Cemig Geração e Transmissão S.A.. acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento também, de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. e suas controladas acima referidas para que estas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram certas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia e suas controladas na elaboração das Informações Trimestrais individuais da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº2. As presentes Informações Trimestrais individuais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente apresentadas pela Companhia em 06 de maio de 2010, incluindo nosso relatório de revisão datado de 06 de maio de 2010. As Informações Trimestrais individuais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Companhia e suas controladas passaram a apresentar a partir do exercício de 2010, suas Informações Trimestrais consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, notadamente a norma IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário, emitida pelo IASB. As Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e suas controladas correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, preparadas de acordo com o mencionado padrão contábil internacional, estão sendo apresentadas para fins de comparação.
7. Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e 19, a Companhia possui registrados ativos e passivos relativos a operação de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparadas e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 31 de março de 2010, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.

8. A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. - MESA e sua controlada incorreram em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua Administração, deverão ser absorvidos pelas receitas das operações. A realização do ativo imobilizado consolidado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de março de 2010 totalizavam R\$3.660,4 milhões e a reversão do passivo a descoberto no montante de R\$108,3 milhões, dar-se-á a partir do início das operações, previsto para o segundo semestre de 2011. O montante proporcional à Companhia é de R\$366,0 milhões no imobilizado e R\$10,8 milhões do passivo a descoberto, respectivamente.

9. Nossa revisão foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão sobre as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais dessa Companhia e suas controladas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração consolidada do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, não é requerida pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e está sendo apresentada para possibilitar uma análise adicional. Essa informação complementar foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão aplicados às informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas dessa Companhia e suas controladas e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esta informação complementar esteja apresentada de forma condizente com as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais consolidadas referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2011

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira

Contador CRCMG058176/O-0